



# A recepção de Gramsci em José Aricó e Carlos Nelson Coutinho

Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira

Colégio de Aplicação, Universidade Federal de Uberlândia, Rua Adutora São Pedro, 40, 38400-785, Uberlândia, Minas Gerais, Brasil. E-mail: marcus\_oliveira1991@hotmail.com

**RESUMO.** Desde suas primeiras publicações na Itália do segundo pós-guerra, as obras do intelectual e político italiano Antonio Gramsci suscitaram intensas discussões. Isso ocorre, para além do caráter fragmentado de seus trabalhos, em virtude da dimensão política característica de seu processo de edição e recepção. Diante disso, o presente artigo objetiva compreender a recepção de Gramsci na América Latina entre os anos 1960 e 1990 a partir das intervenções intelectuais do argentino José María Aricó e do brasileiro Carlos Nelson Coutinho. A partir da análise dos autores pretendemos demonstrar como o pensamento de Gramsci é mobilizado e recriado a partir de determinadas intencionalidades políticas.

**Palavras-chave:** Gramsci; Argentina; Brasil.

## Gramsci's reception by José Aricó and Carlos Nelson Coutinho

**ABSTRACT.** Since its first publications in the second post war Italy, the works of the Italian political and intellectual Antonio Gramsci has raised intense discussions. This occurs, beyond the fragmented character of his works, due to a political dimension implied in the edition and reception process. Therefore, the present article aims to comprehend Gramsci's reception in Latin America between 1960 and 1990 as from the intellectual interventions of the Argentinian José María Aricó and the Brazilian Carlos Nelson Coutinho. Onwards the authors' analysis we intend to demonstrate how Gramsci's thought was mobilized and recreated as from political intencionalities.

**Keywords:** Gramsci; Argentina; Brazil.

Received on December 14, 2022.

Accepted on April 12, 2023.

## Introdução

As reflexões do político e intelectual italiano Antonio Gramsci, produzidas em periódicos ou em cadernos escolares redigidos no cárcere fascista, tornam-se obra a partir de intervenção de outros intelectuais. A criação da figura de Gramsci enquanto autor é produto de uma operação intelectual, liderada sobretudo pelo secretário geral do PCI (Partido Comunista Italiano) Palmiro Togliatti. Conforme demonstra Giuseppe Vacca (2021), a publicação dos textos gramscianos, a partir dos anos 1940, estava vinculada às diretrizes políticas traçadas por Togliatti para a atuação dos comunistas no processo de construção da república italiana após a derrota do fascismo. Nesse sentido, a criação da figura de Gramsci enquanto autor ocorre a partir da mediação de outros intelectuais que, a partir de suas intervenções, constroem determinados significados aos textos. Como mediador, no sentido atribuído por Ângela de Castro Gomes e Patrícia Hansen (2016), Togliatti atua, em seu respectivo contexto histórico e político, para a produção de uma determinada imagem de Gramsci<sup>1</sup>.

Ao estabelecer o intelectual mediador enquanto criador, a definição de Gomes e Hansen (2016) também contribui para a compreensão dos processos de recepção de autores e textos. A recepção, nessa leitura, é capaz de, a partir de determinadas intencionalidades políticas, construir novos significados para os textos. Assim, ao longo das várias décadas subsequentes às suas primeiras publicações, o pensamento de Gramsci foi mobilizado em diferentes direções para a interpretação da realidade e a formulação de projetos políticos.

Diante disso, o presente trabalho objetiva investigar o processo de recepção de Gramsci na América Latina a partir das leituras do intelectual argentino José María Aricó e do brasileiro Carlos Nelson Coutinho. Tais

<sup>1</sup> Para uma análise detalhada sobre as diferentes imagens de Gramsci produzidas por Togliatti e outros intelectuais italianos ver Oliveira (2020).

autores, além de importantes leitores da obra de Gramsci, também atuaram decisivamente na divulgação do pensamento gramsciano em seus respectivos países a partir de suas atividades editoriais e traduções. Nesse sentido, a escolha de Aricó e Coutinho como recorte se justifica a partir da centralidade e o pioneirismo de ambos os intelectuais na difusão de Gramsci na América Latina. Assim, ao compreender Aricó e Coutinho como mediadores da obra de Gramsci em seus respectivos países, pretendemos apontar como, em contextos políticos distintos, ambos os autores mobilizam as ideias gramscianas para a interpretação das realidades nacionais e para formulação de diretrizes políticas. Nesses termos, não se trata de atestar os acertos ou equívocos das leituras de Aricó e Coutinho em torno de Gramsci, mas de marcar as operações intelectuais responsáveis pela criação de determinados significados para os textos gramscianos na América Latina.

No final dos anos 1980, Aricó, lembrando sua atuação intelectual e política ao longo dos anos 1960 e 1970, afirmou que Gramsci o acompanhava como uma sombra ao corpo. Nesse sentido, a análise dos textos de Aricó e Coutinho, produzidos entre os anos 1960 e 1990 em diversos periódicos, nos permitirá vislumbrar como, em momentos políticos que compreendem a emergência das ditaduras militares argentina e brasileira e seus respectivos processos de redemocratização, as sombras de Gramsci projetadas por Aricó e Coutinho adquirem dimensões distintas.

### Gramsci na Argentina: da revolução à democracia

As primeiras leituras sobre Gramsci na Argentina foram desenvolvidas pelo intelectual comunista Héctor Agosti. Vinculado ao PCA (Partido Comunista Argentino), Agosti construiu aproximações entre o *Risorgimento* italiano e o processo de Independência da Argentina no sentido de afirmar as incompletudes da nação e a distância entre os intelectuais e o povo. Aricó, jovem militante oriundo da cidade de Córdoba, estabelece contato com Agosti a partir de cartas nas quais ambos discutem questões relativas à intelectualidade argentina e ao marxismo. Publicadas na íntegra por Adriana Petra e Horacio Tarcus (2013), as cartas, escritas entre 1956 e 1963, revelam as primeiras mobilizações de Gramsci promovidas por Aricó e as tensões decorrentes de sua leitura.

Embora demarquem as discordâncias com Agosti, as cartas de Aricó (2013) não apontam para um rompimento. Ao contrário, nas missivas trocadas posteriormente, Aricó aborda a continuidade de suas traduções de alguns volumes dos *Cadernos do Cárcere* e uma proposta para a publicação de um novo periódico. Diferentemente dos *Cuardernos de Cultura*, editados pelo PCA, Aricó (2013) propunha uma nova revista, produzida em Córdoba, que ampliasse os diálogos entre o marxismo e as demais correntes teóricas e políticas. Em sua definição, a revista *Pasado y presente*, título que remete ao modo como Gramsci nomeou algumas de suas notas carcerárias, deveria ser uma revista de frente única.

O primeiro número da revista, publicado em 1963 ainda com o apoio do PCA, acirrou as tensões e culminou com a expulsão do grupo de militantes que se tornou conhecido como os *jovens gramscianos*. Aricó (1963), um dos principais quadros da revista, redigiu o editorial afirmando que os autores da revista pertenciam a uma geração sem professores. Essa afirmação, como demonstra Oscar Terán (1993), é sintomática do surgimento de uma nova esquerda entre o final dos anos 1950 e início dos 1960. Internacionalmente, os impulsos formativos da nova esquerda argentina estavam conectados à crise do stalinismo e à deflagração da revolução cubana, ao passo que, nacionalmente, essa jovem militante emerge como desdobramento dos rearranjos políticos gestados a partir da queda de Perón em 1955. Por outro lado, como analisa Adriana Petra (2017), a afirmação geracional da nova esquerda argentina e dos membros de *Pasado y Presente* é indissociável de um amplo debate político e epistemológico. Partindo do diagnóstico do fracasso político e intelectual da geração anterior, a nova esquerda adentra a cena política argentina demarcando suas novas interpretações e projetos políticos:

Pasado Y Presente procura iniciar a reconstrução da realidade que nos envolve, partindo das exigências postas por uma nova geração com a qual nos sentimos identificados. Isso não significa negar ou desconhecer o que foi feito até o presente, mas incorporar à análise essa urgente e poderosa instância que nos impulsiona permanentemente a refazer as experiências dos outros, a construir nossas próprias perspectivas. Será por isso a expressão de um grupo de intelectuais com certas características e perfis próprios, que, esforçando-se para aplicar o materialismo histórico e incorporando as motivações do presente, procurará soldar-se com um passado que não repudia em sua totalidade, mas que tampouco o aceita na forma em que se oferece (Aricó, 1963, p. 1-2).

Por meio do excerto, é possível perceber que a crítica às gerações políticas anteriores não implica a negação do passado. Ao contrário, trata-se de estabelecer novas interpretações em consonância com as demandas

postas pelo presente. Nesse sentido, *Pasado y presente* pretende elaborar uma outra relação com a história do país e, conseqüentemente, produzir novos projetos para a construção do socialismo na Argentina. Dentro desse projeto, as reflexões de Gramsci são fundamentais em três direções. Em primeiro lugar, para Aricó, a filosofia da práxis, marcada por uma abertura epistemológica e política, permite agregar influências externas. Em segundo, a ampliação do conceito de intelectual e de suas relações com a política, conferem centralidade ao trabalho intelectual e superam as desconfianças presentes na cultura comunista em relação aos intelectuais. Por fim, em terceiro, Gramsci também figura como um marxista que, desafiando o monolitismo político soviético, abriu possibilidades para a compreensão das especificidades nacionais a partir do marxismo.

Partindo da expectativa de um marxismo capaz de sintetizar diversas influências, Aricó (1964) desenvolve suas intervenções políticas na confluência entre as preocupações políticas gramscianas acerca da construção da hegemonia e o voluntarismo guevarista presente nos grupos guerrilheiros. Esse amálgama aparece no artigo *Examen de conciencia*, publicado em 1964, no qual Aricó, além de delinear sua leitura em torno da história da Argentina, aponta para a importância da revolução cubana e da necessidade de disputar a hegemonia entre os trabalhadores:

A revolução cubana, essa revolução 'intrusa', esse fato inesperado, desconcertante, que viria a derrubar os perfeitos e enfadonhos esquemas transformistas daqueles que haviam decidido postergar as revoluções para as 'calendas gregas', nos comoveu profundamente. Diante da opinião oficial do grupo dirigente do Partido, desconfiado como sempre de tudo que é novo, Cuba nos aparecia mais que como uma exceção ou um feito afortunado [...], mas como a abertura de um novo curso revolucionário, a demonstração prática dos novos caminhos abertos pela modificação do contexto histórico mundial, a plena evidência de uma nova correlação de forças que nos permite pressagiar a recuperação do impulso revolucionário iniciado com a revolução de outubro (Aricó, 1964, p. 248, grifos do autor).

Para Aricó, a revolução cubana é compreendida como um novo impulso para um movimento revolucionário enfraquecido pelos paradigmas soviéticos. Nessa leitura, ao produzirem uma revolução a partir das armas e distante do partido, os cubanos derrubaram os dogmas defendidos pelos partidos comunistas e afirmaram a proximidade de um novo momento revolucionário. Todavia, é importante ressaltar que a discordância em relação ao PCA não implica o rompimento com o marxismo-leninismo ou o comunismo. Ao contrário, a crítica de Aricó (1964) é dirigida principalmente ao grupo dirigente do partido que, mesmo diante da crise do stalinismo, permaneceu na defesa de suas antigas posições. Assim, frente a incapacidade do partido em conduzir o processo revolucionário iniciado pelos bolcheviques em 1917, Aricó marca o exemplo cubano como continuador desse impulso perdido.

Partindo do pressuposto da aproximação de um momento revolucionário, o diagnóstico elaborado acerca da história argentina é atravessado por uma compreensão de longa duração da estruturação das classes sociais no país. Retomando a discussão de Agosti acerca da incompletude da nação argentina, Aricó (1964) procura demonstrar a formulação, ainda no início do século XIX, de um bloco histórico formado pelos setores dominantes do país em aliança com o imperialismo estrangeiro. Tal bloco, orientado para manutenção de seus próprios privilégios, produziu um distanciamento entre povo e nação, afastando os trabalhadores da participação política.

A recorrência do domínio desse bloco não se extingue com as diversas transformações históricas experimentadas pelo país ao longo do tempo. O peronismo, nesses termos, distante de se configurar enquanto rompimento dessa dominação, se apresenta como um rearranjo no qual determinadas demandas dos trabalhadores são incluídas. Com isso, a proposta de revolução defendida por Aricó (1964) é baseada na ruptura da dominação desse bloco histórico a partir da construção da hegemonia dos trabalhadores fabris.

A discussão acerca da construção da hegemonia a partir da fábrica está imbricada com o desenvolvimento histórico da cidade de Córdoba. Conforme demonstra Raul Burgos (2004), ao longo do século XX, Córdoba se tornou um dos mais importantes centros industriais da Argentina. Com isso, observando as mobilizações dos trabalhadores, Aricó (1964) pensa a fábrica como espaço possível para a deflagração da revolução. Para tanto, a esquerda deve produzir um longo trabalho de conscientização dos trabalhadores. Após a expulsão do partido comunista, Aricó não ingressou em nenhum outro partido. Deste modo, partindo do alargamento do conceito de intelectual proposto por Gramsci, Aricó compreende a atuação da revista enquanto uma atuação partidária capaz de disputar a direção política dos trabalhadores.

Nesse sentido, a leitura gramsciana em torno da disputa da hegemonia coexiste com a urgência revolucionária de matriz cubana criando uma tensão entre o desenvolvimento de uma longa luta política pela

direção dos trabalhadores e a necessidade de deflagração de um movimento insurrecional armado. No início dos anos 1960, essa tensão se resolve em favor da luta armada. Ao afirmar que para “[...] a classe operária não se encontre desarmada no momento decisivo, a perspectiva de um desenvolvimento pacífico só pode ser apresentada como possibilidade e nunca como programa de ação [...]” (Aricó, 1964, p. 251) o intelectual argentino submete a disputa da hegemonia a uma expectativa violenta.

Essa submissão, conforme aponta José Rodriguez Elizondo (1995), parte de uma leitura histórica acerca da dependência em relação ao imperialismo incapaz de perceber as mudanças políticas processadas ao longo do tempo. A história argentina, atravessada unilateralmente por um mesmo bloco histórico em constante rearranjo, implica a construção de um projeto radical capaz de romper com essa dominação. Nessa compreensão da história, as políticas reformistas, embora consideradas válidas, na medida em que não preparam o proletariado para o desenlace violento da luta de classes, conduzem à derrota da revolução socialista.

A experiência da primeira série de publicações da revista *Pasado y Presente* se encerra em 1965. Para Burgos (2004), o encerramento dessa primeira etapa se deve ao esgotamento das propostas da revista. Fora do partido e ambicionando dirigir os trabalhadores argentinos, Aricó e o grupo *Pasado y Presente* buscavam ancoragem social para suas intervenções. Tal busca também contribui para explicar as tensões entre disputa pela hegemonia e luta armada. Observando o desenvolvimento dos movimentos de trabalhadores nas fábricas e o surgimento dos primeiros grupos armados no país, as reflexões de Aricó, produzidas a partir dos eventos políticos imediatos, oscilaram à procura de uma base social.

A segunda série da revista é publicada em dois números ao longo de 1973 em um contexto político conturbado. No início dos anos 1970, a Argentina atravessava um processo de encerramento da Ditadura Militar iniciada em 1966. Nesse processo, fortes movimentos populares, como o *Cordobazo*, ocorrido em 1969 na cidade de Córdoba, contribuíram decisivamente para o enfrentamento dos militares. Por outro lado, Perón, mesmo exilado, influenciava e fortalecia o amplo movimento peronista na luta contra os militares.

Com a derrota dos militares, Perón é autorizado a retornar ao país sob a condição de não se candidatar para o pleito eleitoral de 1973. Todavia, essa condição não foi capaz de impedir o retorno de Perón à presidência da Argentina. Héctor Cámpora e Vicente Solano Lima, peronista eleitos como presidente e vice, renunciaram pouco após assumirem seus respectivos cargos, forçando um novo processo eleitoral sem a proibição da candidatura de Perón. Assim, nas novas eleições realizadas, Perón e sua segunda esposa Isabel, assumem o governo do país. O segundo governo de Perón, bastante curto em virtude de sua morte em 1974, acirra as disputas políticas no país. Como demonstra Marina Franco (2012) embora experimentasse um período democrático, as disputas políticas do período que antecederam o golpe militar de 1976 originaram uma espiral de violência e a produção de mecanismos de exceção.

Nesse momento, o único artigo publicado por Aricó (1973) em *Pasado y Presente* intitulado *Espontaneidad y dirección consciente en el pensamiento de Gramsci*, aborda os escritos anteriores ao cárcere e funciona também como uma introdução a alguns textos de Gramsci publicados na sequência do artigo. Impactado pela envergadura do *Cordobazo*, Aricó recupera as reflexões de Gramsci acerca dos conselhos operários. Pensados como a tradução italiana dos soviets, os conselhos operários eram o embrião de um futuro Estado controlado pelos operários. Ao estabelecer semelhanças entre Turim e Córdoba, Aricó pretende encontrar diretrizes para o fortalecimento do movimento operário na Argentina.

O encerramento da revista ainda em 1973 e a instauração de mais uma Ditadura Militar em 1976 alteram decisivamente as concepções políticas sustentadas por Aricó (1980, 1982, 2014) que, como tantos outros militantes, exilou-se do país para manter sua integridade física. Como demonstra Maria Matilde Ollier (2009), a experiência com os regimes de exceção, dentro e fora da Argentina, reorganiza as relações entre as dimensões pública, privada e política dos indivíduos. Nesse sentido, forçados a lidar com situações dramáticas e limítrofes, militantes e intelectuais voltam-se para si mesmos em busca de novas diretrizes capazes de enfrentar a aspereza dos tempos.

No México, Aricó reconstrói suas redes de sociabilidade intelectual e, em contato com outros exilados argentinos, elabora novas iniciativas políticas e editoriais. Além de prosseguir com o trabalho na filial mexicana da editora *Siglo XXI*, Aricó participou da edição da revista *Controversia*. Por meio das páginas da revista, como marca Pablo Ponza (2010), diversos intelectuais argentinos produziram uma revisão acerca de suas experiências políticas anteriores. Em meio a essa revisão, as críticas em relação a defesa da luta e o reconhecimento da contribuição das esquerdas no recrudescimento da violência política no país conduziram

a uma reapreciação da democracia. Nesse sentido, as reflexões publicadas na revista, mais que uma discussão em torno dos rumos políticos da Argentina, foram marcadas pela elaboração coletiva de um novo projeto político centrado na democracia.

Tais reconsiderações, em conjunto com o deslocamento característico da experiência do exílio, impulsionam a construção de uma outra leitura histórica acerca da história da Argentina e da América Latina. No artigo *Ni cinismo ni utopia*, publicado em 1980 na revista *Controversia*, Aricó (1980) analisa a história das esquerdas a partir do afastamento entre democracia e socialismo. Em busca de conjugar ambos os elementos, Aricó abandona a perspectiva de uma democracia burguesa limitada a ser derrubada durante o processo revolucionário. Trata-se, portanto, não do abandono do socialismo, mas da reformulação democrática desse projeto.

A história argentina e as derrotas das esquerdas também recebem novas leituras nos anos 1980. Ainda no exílio, o retorno aos trabalhos de Marx proporciona novas possibilidades analíticas para o marxismo latino americano. Esse trabalho, um dos poucos livros publicados por Aricó (1982), investiga as visões de Marx sobre a América Latina. Desconstruindo a imagem de um pensador preocupado apenas com a realidade das principais potências europeias, Aricó (1982) revela um Marx que, em contato com as diferentes histórias nacionais, propõe novos desdobramentos de sua teoria. Todavia, no que concerne à América Latina, tais possibilidades analíticas desaparecem e o continente é compreendido como um espaço marcado pelo despotismo. Para Aricó (1982), a incapacidade em apreender as especificidades históricas da América Latina não ocorre devido à ausência de contato ou bibliografia. Ao contrário, a visão de uma América Latina presa ao despotismo demonstra ainda a presença de um paradigma hegeliano para a análise da história.

Gramsci, nesta revisão, também é mobilizado em sentidos diversos. Enquanto nos anos 1960 e 1970, a disputa pela hegemonia esteve submetida à violência armada, nos anos 1980, Aricó (2014) estabelece vínculos entre hegemonia e democracia e explica a derrota das esquerdas a partir de sua incapacidade de disputar politicamente os trabalhadores. Aricó faleceu em 1991 e essa leitura aparece em um de seus últimos trabalhos. *La cola del diablo*, publicado em 1988 (Aricó, 2014), é a ampliação de uma conferência proferida em um simpósio gramsciano ocorrido em 1985 na cidade italiana de Ferrara. A análise dos itinerários de Gramsci na América Latina é atravessada por uma revisão pessoal que mistura melancolia e esperança:

A tensão e a dissimulação são as formas sob as quais se oculta um sentimento de inferioridade que se nega a assumir enquanto tal. Porque se o adversário nos domina e nós o menosprezamos, não podemos deixar de reconhecer que estamos dominados por alguém que consideramos inferior. Mas, então, se pergunta Gramsci, como conseguiu nos dominar? Como nos venceu sempre e foi superior a nós, inclusive no momento decisivo que deveria nos dar a medida de nossa superioridade? Se diria, então, que foi o diabo que meteu sua cauda. Pois bem, é hora de ter a 'cauda do diabo' do nosso lado (Aricó, 2014, p. 166, grifo do autor).

Após o reconhecimento de que os vencedores estiveram sempre com a cauda do diabo, Aricó (2014) afirma ser agora o momento de trazer essa cauda para seu lado. Essa metáfora está relacionada a essa nova interpretação da história da Argentina e de suas esquerdas. A derrota, distante de arrefecer o projeto defendido por Aricó (2014) ao longo das décadas, conduz a sua reformulação. Gramsci, como uma sombra ao corpo, adquire outras dimensões e é mobilizado para explicar as derrotas e para a formulação de um projeto político capaz de vincular democracia e socialismo.

Portanto, ao observar a trajetória de Aricó entre os anos 1960 e 1980 é possível perceber algumas continuidades e discontinuidades em sua recepção do pensamento de Gramsci. O início dessa recepção, ainda no final dos anos 1950, foi marcado pela busca de uma renovação diante da crise do stalinismo. Nesse momento, Gramsci foi projetado como um intelectual capaz de fornecer novas possibilidades políticas e epistemológicas diante do arrefecimento do marxismo desenvolvido pelo PCA. Essa imagem de Gramsci como um intelectual aberto e atento às especificidades da luta política em terreno nacional perdurou até os últimos trabalhos de Aricó. Todavia, a projeção dessa sombra atada ao corpo adquiriu diferentes dimensões ao longo do tempo. Inserida nas vicissitudes de uma nova geração política da esquerda argentina, a imagem de Gramsci acompanhou as transformações desses sujeitos. Em meio ao processo de revisão impulsionado pelo exílio e pela violência ditatorial, Gramsci é mobilizado para referendar o amálgama entre democracia e socialismo e para a orientar as novas disputas políticas durante a redemocratização do país.

## Gramsci no Brasil: a democracia como valor universal

Diferentemente da Argentina, onde a recepção de Gramsci se inicia ainda nos 1950, no Brasil, apesar de algumas exceções, o processo de leitura e apropriação das ideias gramscianas ocorre com maior intensidade nos anos 1970. Nos anos 1960, por iniciativa de Ênio da Silveira, editor da 'Civilização Brasileira', houve o início da publicação de alguns volumes dos *Cadernos do Cárcere*. Todavia, em virtude da baixa quantidade de vendas e da violência instituída pelo AI-5 em 1968, as menções a Gramsci foram bastante restritas nesse período. Nesse sentido, a recepção de Gramsci no Brasil, na medida em que se inicia sobretudo a partir dos anos 1970, ocorre em conjunto com o processo de distensão da Ditadura Militar e de redemocratização do país. Com isso, as discussões da intelectualidade brasileira se encaminham para a reflexão em torno das relações entre autoritarismo e democracia. Gramsci, nesse contexto, é mobilizado por Carlos Nelson Coutinho como uma possibilidade de produção de um marxismo capaz de conjugar democracia e socialismo e, a partir do fortalecimento da sociedade civil e dos processos de socialização da política, romper com a recorrência do autoritarismo na história brasileira.

As mobilizações de Gramsci por parte de Carlos Nelson Coutinho ocorreram em seu exílio na Europa entre 1976 e 1978. Após a derrota da luta armada, a repressão dos militares atacou a militância do PCB. Coutinho, filiado ao partido desde os anos 1960, assim como outros dirigentes comunistas, foi forçado ao exílio para garantir sua integridade física. Em sua estada na Europa, viveu algum tempo na Itália, onde acompanhou as discussões produzidas no PCI acerca da criação da política eurocomunista.

Nesse sentido, produto da confluência desses diversos elementos, o eurocomunismo emergiu enquanto proposta renovadora capaz de orientar a política dos comunistas nos países europeus. Coutinho, em seu retorno ao Brasil, fortemente influenciado por essas discussões, publicou em 1979 o ensaio *A democracia como valor universal* (Coutinho, 1984), título homônimo ao discurso proferido por Berlinguer anteriormente. O ensaio, como aponta Marcelo Braz (2012), em virtude de sua ampla revisão do patrimônio político das esquerdas e da democracia, proporcionou fortes polêmicas no âmbito das esquerdas brasileiras. Assim como o eurocomunismo foi um desdobramento sobretudo da história do comunismo italiano, não é possível afirmar que o ensaio de Coutinho seja apenas um refluxo das ideias europeias apreendidas durante o exílio. Ao contrário, como demonstra Braz (2012), a publicação do artigo marca um ponto de partida e um ponto de chegada no debate sobre as relações entre socialismo e democracia no Brasil.

Nesse sentido, as construções teóricas e políticas presentes em *A democracia como valor universal* (Coutinho, 1984) são, concomitante, a conclusão e o esgotamento de um processo histórico iniciado nos anos 1950. Com a reorganização dos partidos após o encerramento da ditadura do Estado Novo, o PCB, praticamente destruído depois da fracassada tentativa insurrecional de 1935, foi capaz de se reagrupar. Introduzindo-se no sistema político partidário brasileiro, os comunistas conquistaram diversos filiados e elegeram senadores, deputados e vereadores. No entanto, em 1947, no contexto do início da Guerra Fria, o PCB foi cassado e todos os seus políticos eleitos perderam seus mandatos.

Excluído do sistema partidário, em 1950 o PCB operou uma guinada à extrema-esquerda a partir da *Declaração de Agosto de 1950* (PCB, 1980), que propunha a formação de um exército popular como caminho para a revolução brasileira. Todavia, como analisa Raimundo Santos (1996), os eventos políticos subsequentes no Brasil e no exterior impulsionaram um movimento renovador no interior do partido. A morte de Getúlio Vargas, em agosto de 1954, seguida de imensa comoção popular, marcou a percepção do distanciamento dos comunistas em relação aos trabalhadores brasileiros. Dois anos mais tarde, as denúncias de Kruschew no XX Congresso do PCUS (Araújo, 2022) também contribuíram para o movimento de renovação. Abandonando as orientações de extrema-esquerda, o PCB publicou a célebre *Declaração de Março de 1958* (PCB, 1980). No documento, os comunistas, embora não abandonassem o horizonte revolucionário, defenderam a necessidade de uma revolução democrático-burguesa, produzida a partir de uma aliança de diversos setores nacionais, capaz de romper com o imperialismo estrangeiro. Com a implementação da Ditadura Civil-Militar, houve um rearranjo das esquerdas brasileiras no qual diversos grupos abandonaram o PCB para aderirem à luta armada. Contrário a opção guerrilheira, o PCB manteve a linha política elaborada em 1958, aproximando-se da oposição democrática agregada em torno do MDB e perseguindo a derrota política dos militares.

Por outro lado, esse impulso renovador encontrou sérias resistências no interior do partido. Para Santos (1988), os processos de renovação política eram freados em virtude da conservação dos elementos basilares da tradição marxista-leninista. Recorrendo aos conceitos gramscianos de Ocidente e Oriente, Luiz Werneck

Vianna (1989) analisa que a renovação pecebista rumo a sua ocidentalização foi incompleta. Diante disso, a adesão do partido ao Ocidente terminava por se tornar um caminho para o Oriente.

Portanto, como desdobramento desse longo processo político, o ensaio de Coutinho (1984) não ambicionava romper com as tradições comunistas. Ao contrário, um dos principais objetivos do texto é precisamente marcar a existência de uma reflexão acerca da democracia em Marx e Lenin. Compreendendo o socialismo como o fim da luta de classes e uma sociedade gerida pelos próprios trabalhadores, os líderes comunistas produziram, na visão de Coutinho, uma teoria marxista da democracia. Diferindo da democracia liberal, o modelo de democracia socialista figura, para Coutinho (1984), como um processo de superação dialética.

Ao se propor como um continuador desse patrimônio político, Coutinho (1984) mobiliza as reflexões de Lukács e Gramsci para abordar o valor universal da democracia. Partindo de Lukács, Coutinho (1984) compreende o valor como uma categoria ontológico-social a partir da qual os elementos genéricos do homem podem ser explicitados. Nesses termos, a formação do valor está ligada ao desenvolvimento desses elementos que compõem as bases do homem enquanto ser social. Como valor, a democracia contribui para os processos de socialização da política por meio dos quais a humanidade poderá se autogestionar. Por outro lado, tais possibilidades permitidas pela democracia tornam-se universais na medida em que “[...] são capazes de promover essa explicitação em formações econômico-sociais diferentes, ou seja, tanto no capitalismo quanto no socialismo” (Coutinho, 1984, p. 24).

A afirmação do valor universal da democracia implica a reproposição das concepções políticas dos comunistas. Na perspectiva comunista tradicional, a compreensão do Estado enquanto instituição responsável por garantir a manutenção da ordem burguesa a partir da violência conduz à instrumentalização da democracia. Marcada por seu caráter de classe, a democracia burguesa é incapaz de permitir as profundas transformações históricas necessárias ao proletariado. Com isso, o avanço dos trabalhadores na estrutura política democrática, inaceitável dentro dos limites burgueses, será sempre limitado pelas forças da conservação da ordem. Diante dessa leitura, o reconhecimento do valor universal da democracia aponta para uma compreensão da política na qual os elementos ontológicos presentes no capitalismo podem se expandir mesmo antes da conquista do poder pelos trabalhadores:

A teoria socialista deve criticar a mistificação que se oculta por trás dessa formulação liberal: ‘deve colocar claramente a questão da hegemonia como questão central de todo poder de Estado’. Se a burguesia disfarça ideologicamente sua dominação por meio do ‘isolamento’ e da ‘neutralidade’ da burocracia estatal, as classes trabalhadoras devem pôr abertamente sua candidatura à hegemonia, ao mesmo tempo em que lutam para superar a dominação de uma restrita oligarquia monopolista sobre o conjunto da sociedade. Mas, se o socialismo é também sinônimo de apropriação coletiva dos mecanismos de poder, a hegemonia dos trabalhadores não pode (e não deve) se fazer por intermédio de uma nova burocracia que governe ‘de cima para baixo’; a libertação do proletariado, como disse Marx, é obra do próprio proletariado; e deve se fazer mediante a criação de uma democracia de massas que inverta progressivamente essa tendência à burocratização e à alienação do poder (Coutinho, 1984, p. 34, grifo do autor).

Enquanto Lukács é mobilizado no sentido da caracterização do valor e da universalidade, o conceito de hegemonia formulado por Gramsci figura como um desdobramento dessa universalidade ontológica. A partir da percepção das possibilidades de expansão desses valores universais dentro do capitalismo, Coutinho (1984) utiliza a concepção da política enquanto correlações de força em disputa pela hegemonia como uma via para o avanço do proletariado. Partindo do conceito de hegemonia, Coutinho (1984) supera a compreensão de um Estado classista unilateralmente repressor e o afirma como um espaço de disputa política. Nesses termos, a definição de uma democracia socialista encontra seu eixo na progressiva disputa pela hegemonia por meio da qual os trabalhadores poderão socializar o poder político e dirigir a sociedade.

Embora se proponha como continuidade da tradição comunista, a democracia socialista defendida por Coutinho (1984) parte também de uma crítica à burocratização característica dos partidos. Não se trata, portanto, da proposição de uma vanguarda do proletariado responsável por dirigir os trabalhadores no processo revolucionário. Ainda mobilizando Gramsci, Coutinho (1984) vislumbra o desenvolvimento dessa democracia de massas a partir do fortalecimento da atuação dos trabalhadores na sociedade civil.

Após delinear as dimensões teóricas e políticas de seu conceito de democracia, Coutinho (1984) desdobra suas leituras para uma análise da história do Brasil e, sobretudo, da Ditadura Militar. Nessa interpretação, as grandes transformações históricas efetuadas desde a Independência foram promovidas pela conciliação das elites. Mais que a conservação de diversos elementos do passado, as transformações conduzidas pelas elites

afastaram os trabalhadores dos processos políticos. Nessa chave analítica, a Ditadura Militar brasileira aparece como um dos desdobramentos radicais desses câmbios pelo alto produzidos pelas elites. Diante da emergência dos trabalhadores na política e para garantir os lucros do capital monopolista, as elites se apossam do Estado no sentido de conduzir a sociedade brasileira:

Os exemplos são inúmeros: quem proclamou nossa Independência política foi um príncipe português, numa típica manobra 'pelo alto'; a classe dominante do Império foi a mesma da época colonial; quem terminou capitalizando os resultados da proclamação da República (também ela implantada 'pelo alto') foi a velha oligarquia agrária; a Revolução de 1930, apesar de tudo, não passou de uma 'rearrumação' do antigo bloco de poder, que cooptou - e, desse modo, neutralizou e subordinou - alguns setores mais radicais das camadas médias urbanas; a burguesia industrial floresceu sob a proteção de um regime bonapartista, o Estado Novo, que assegurou pela repressão e pela demagogia a neutralização da classe operária, ao mesmo tempo em que conservava quase intocado o poder do latifúndio etc. Mas essa modalidade de 'via prussiana' (Lenin, Lukács) ou de 'revolução-restauração' (Gramsci) encontrou seu ponto mais alto no atual regime militar, que criou as condições políticas para a implantação em nosso País de uma modalidade dependente (e conciliada com o latifúndio) de capitalismo monopolista de Estado, radicalizando ao extremo a velha tendência a excluir tanto dos frutos do progresso quanto das decisões políticas as grandes massas da população nacional (Coutinho, 1984, p. 36-37, grifos do autor).

O diagnóstico histórico evidenciado no excerto revela as tensões entre renovação e tradição presentes na cultura política pecebista. Em razão disso, a leitura acerca dos limites da democracia burguesa é reiterada. A recorrência da via prussiana ou da revolução implica o bloqueio da ascensão dos trabalhadores a partir de mecanismos autoritários que visam manter a acumulação capitalista. Assim, os impedimentos oferecidos pela via prussiana brasileira revelam a presença de uma expectativa revolucionária que ainda mantém a antinomia entre democracia e capitalismo. Nesse sentido, utilizando dos termos de Luiz Werneck Vianna (1989), a defesa da democracia como valor universal, estruturada em torno de Lukács e Gramsci no sentido da Ocidentalização da política dos comunistas, convive com uma compreensão política com resquícios Orientais na qual a revolução como momento explosivo se faz presente.

Em *Cultura e democracia no Brasil*, também publicado em 1979 (Coutinho, 1984), a discussão acerca da via prussiana é abordada a partir de seus impactos na formação da cultura brasileira. Conectada às formas de transformação pelo alto, a intelectualidade brasileira, segundo Coutinho (1984), é marcada por uma perspectiva elitista e autoritária que conduz à defesa de soluções conciliadoras para o país. Para reafirmar seu argumento, Coutinho (1984) retoma algumas citações, como a de Antônio Carlos que, no contexto da Revolução de 1930, sustentou a necessidade de fazer a revolução antes que o povo a fizesse.

Ainda, a defesa dos intelectuais das soluções prussianas para os embates políticos brasileiros revela sua proximidade em relação ao poder. Produzindo uma cultura ornamental e cooptados pelo poder estatal, os intelectuais brasileiros impediram a produção de uma política nacional popular capaz de superar seu distanciamento em relação ao povo. Nesse sentido, a disputa pela hegemonia, operada sobretudo pelos intelectuais, diz respeito ao combate à cultura produzida, nos termos de Coutinho (1984), à sombra do poder:

Antes de mais nada, há uma batalha a travar no próprio plano da cultura. E a tarefa primordial dessa batalha ideológica, no Brasil de hoje, é precisamente a de contribuir para a superação do elitismo cultural e para uma transformação em sentido nacional-popular da cultura e da intelectualidade brasileiras. Estimulando obras que se encaminham no sentido do nacional-popular e revelando ao mesmo tempo o beco sem saída (ideológico e estético) da visão do mundo elitista ou 'intimista', a crítica - se feito no quadro do respeito ao pluralismo e à diversidade, que são traços inelimináveis de toda cultura autêntica - poderá contribuir para a expansão hegemônica de uma nova cultura brasileira efetivamente democrática, efetivamente nacional-popular (Coutinho, 1984, p. 158, grifos do autor).

Pensada em meio ao processo de distensão da ditadura, a defesa de uma cultura democrática e nacional-popular pretende demarcar um outro modelo de atividade intelectual no Brasil. A crítica de Coutinho, embora se evidencie na oposição ao intimismo à sombra do poder de parte da intelectualidade brasileira, também revela alterações nos posicionamentos das políticas culturais propostas pelos comunistas. Após o golpe de 1964 e o encerramento de importantes instituições culturais como o CPC (Centro Popular de Cultura), impulsionou novas perspectivas no âmbito da cultura.

No início dos anos 1960, as propostas para a construção de uma arte engajada e comprometida com os interesses nacionais e populares partiam de uma postura vanguardista na qual o artista colocava-se acima da sociedade como o legítimo intérprete dos interesses populares. Nos anos 1970, essa autocrítica, em conjunto com as novas reflexões em torno da redemocratização do país, recoloca as relações entre intelectuais e sociedade. Não se trata de um

processo de conscientização do povo a partir dos intelectuais, mas do encurtamento das distâncias entre ambos para a elaboração de uma cultura nacional, popular e democrática.

Nesse debate, novamente Gramsci e Lukács figuram como eixos da análise de Coutinho (1984). A partir de Gramsci, Coutinho (1984) afirma o caráter ornamental da cultura brasileira como meio para manutenção da via prussiana e a necessidade de, superando as fraturas entre intelectuais e povo, estimular a produção cultural popular a partir do fortalecimento da sociedade civil. Por outro lado, as categorias estéticas formuladas por Lukács, presentes na política cultural dos comunistas desde os anos 1960, são mobilizadas para estabelecer os critérios de produção dessa cultura nacional-popular. Combatendo a esterilidade estética do realismo socialista, Lukács propõe um realismo crítico que aponta para a unidade na diversidade da expressão nacional-popular. Nesses termos, não se trata de buscar uma cultura nacional genuína ou autêntica, mas de expressar, dentro de uma perspectiva crítica, as diferentes dimensões dessa nacionalidade.

Portanto, nos dois ensaios é possível perceber como a utilização de Gramsci e Lukács assinala a construção de um vínculo entre cultura e política. O projeto socialista ambicionado por Coutinho (1984), para além da socialização produtiva, implica a socialização do poder. Uma sociedade regulada, em termos gramscianos, na qual o Estado é absorvido pela sociedade civil requer a atuação política autônoma e emancipada dos indivíduos. Para tanto, a produção de uma cultura realista de expressão nacional-popular é fundamental para a construção desse projeto.

Em 1989, dez anos após a publicação de *A democracia como valor universal*, Coutinho (2000) retoma seu ensaio em perspectiva crítica. Situada no tempo, a reapreciação do ensaio parte do impacto de importantes transformações ocorridas ao longo dos anos 1980. No Brasil, além do avanço da redemocratização e do advento da Nova República, houve significativas alterações nas correlações de forças dentro das esquerdas. O PCB, uma das maiores agremiações de esquerda do país durante o século XX, em razão de dissensos internos e do processo de declínio da URSS, perdeu relevância no cenário nacional. Por outro lado, como desdobramento das greves ocorridas no ABC paulista no final dos anos 1970 e do ingresso de novos sujeitos políticos na conjuntura nacional, o recém fundado PT (Partido dos Trabalhadores) agregou inúmeros setores das esquerdas.

Conforme demonstra Rodrigo Patto Sá Motta (2008), o processo de fundação do PT apresentou inovações em relação aos demais partidos. Usualmente, os partidos políticos brasileiros são fundados a partir da cisão de grupos partidários ou parlamentares existentes, de modo que parte significativa das agremiações surge do interior do Estado. Ao contrário, o PT, vinculado aos movimentos sociais e sindicais, emerge dos novos impulsos de desenvolvimento, a despeito dos militares, da sociedade civil. Nesse sentido, a decisão de Coutinho em abandonar o PCB e aderir ao PT, mais que um sintoma do esgotamento do histórico partido comunista, coaduna com as reflexões empreendidas nos anos 1970. A defesa de uma democracia socialista de massas implicava o fortalecimento de uma sociedade civil capaz de mover-se a partir de uma vontade coletiva nacional-popular e de avançar no processo de reversão da via prussiana. Em virtude disso, a fundação do PT figura, para Coutinho, como possibilidade de realização desse projeto.

No cenário internacional, os anos 1980 foram marcados pelo declínio da URSS e pelo encerramento simbólico da Guerra Fria a partir da queda do muro de Berlim. O impacto da falência daquilo que outrora se referia como socialismo real, forçava as esquerdas comunistas, dentro e fora de seus respectivos partidos, a repensar as possibilidades do socialismo. Coutinho, apesar de uma apreciação crítica dos rumos assumidos pela URSS, não abandonou o horizonte socialista. Em vez disso, busca na história do movimento socialista as razões do fracasso e novas ideias que possam orientar a disputa política no final do século XX.

Tais revisões aparecem no texto *Democracia e socialismo: questões de princípio* (Coutinho, 2000), apresentado no seminário, realizado em abril de 1989, PT: um projeto para o Brasil. Ao refletir acerca de *A democracia como valor universal*, Coutinho (1984) marca seu distanciamento em relação ao leninismo. Em suas novas reflexões, Coutinho afirma a debilidade das acepções leninistas em torno da democracia. Ao adjetivar a democracia como burguesa ou socialista, Lenin foi incapaz de reconhecer a democracia como um valor em si. Na contramão do líder bolchevique, as reformas empreendidas por Gorbachev na URSS efetuaram significativas rupturas com essa tradição comunista:

O fato de que tal projeto tenha sido fragorosamente derrotado (em grande parte pela incapacidade de encaminhar corretamente aquelas reformas) não anula o seu interesse para uma reflexão sobre os vínculos entre socialismo e democracia. Decerto, o empenho pela superação do stalinismo e do brejnevismo foi apresentado, num primeiro momento, como uma retomada do projeto originário de Lenin e dos bolcheviques, um projeto que - malgrado muitas ambiguidades - apresentava em seus inícios traços democráticos e até mesmo libertários (como a insistência na necessidade de extinguir o Estado). Mas o fato é que, independentemente de sua justificação ideológica, a proposta reformista-revolucionária

liderada por Gorbachov representava, em pontos substantivos, uma ruptura com a tradição bolchevique; Já nos referimos ao fato de que Gorbachov considerava a democracia como um 'valor em si', o que significa um efetivo distanciamento das posições de Lenin, para o qual, como se sabe, a democracia deve ser sempre adjetivada (não haveria democracia 'pura', mas apenas 'burguesa' ou 'proletária' (Coutinho, 2000, p. 35, grifos do autor).

Com a crítica ao leninismo, as tensões postas entre democracia e revolução presentes em *A democracia como valor universal* (Coutinho, 1984) são resolvidas em sentido diverso. A retomada do reformismo revolucionário de Gorbachev e sua percepção da democracia como valor em si apontam para as possibilidades de avanço do proletariado no interior do sistema democrático. Além disso, esses novos sentidos elaborados impulsionam uma releitura da história do movimento socialista. No início do século XX, para Coutinho, a cisão entre a defesa social democrata de uma política reformista e as ambições revolucionárias dos bolcheviques foi responsável pelo distanciamento entre reforma e revolução e, sobretudo, pelas desconfianças em relação à democracia.

Diante disso, a menção das políticas empreendidas por Gorbachev na URSS como reformistas revolucionárias assevera a tentativa dos comunistas em superar essa cisão histórica. Apesar do fracasso dos projetos de renovação da URSS, além de manter suas expectativas socialistas, sustenta a necessidade de renovação das esquerdas rumo a uma política capaz de promover profundas transformações a partir da efetivação de reformas. Nesse sentido, diante da ocidentalização política brasileira, "[...] esse reformismo radical é o novo nome da revolução" (Coutinho, 2000, p. 48). O texto, escrito meses antes da queda do Muro de Berlim, pretende afirmar a existência de novos atores políticos aptos a conduzir o reformismo revolucionário brasileiro. Filiado ao PT desde sua saída do PCB no início dos anos 1980, Coutinho marca sua intervenção como uma proposta para que o partido assumira sua função na produção das reformas necessárias para o aprofundamento da democracia e a construção do socialismo no Brasil.

Com a queda do socialismo e o declínio da URSS, as discussões em torno do socialismo como radicalização da democracia são abordadas em conjunto com a crítica ao neoliberalismo e a afirmação do capitalismo como modelo único. Em artigo escrito em 1991, Coutinho (2000) mobiliza o pensamento gramsciano para o enfrentamento da nova realidade política. Nessa leitura, reconhecer as falhas do modelo soviético, e sobretudo a debilidade das orientações políticas de Lenin, implica a busca por um socialismo vinculado aos novos tempos. Na expectativa de início do século XXI, Coutinho assinala o caráter Ocidental da sociedade brasileira. Em virtude dessa caracterização, a revolução explosiva ambicionada pelos bolcheviques torna-se anacrônica diante da guerra posições característica da política compreendida enquanto disputa pela hegemonia:

O modelo de revolução explosiva e violenta - o modelo bolchevique - não é válido para os países 'ocidentais'. Trata-se, assim, de conceber a luta pelo socialismo segundo uma nova estratégia, a da 'guerra de posições', fundada numa batalha permanente pela hegemonia e pelo consenso. Temos aqui um outro paradigma 'marxista' de revolução: a revolução como 'processo', como sequência orgânica de rupturas parciais que ocupam toda uma época histórica. Esta concepção de revolução não se contrapõe à luta por reformas: ao contrário, é através das reformas - Gramsci fala mesmo em 'reforma intelectual e moral' - que se faz agora a revolução (Coutinho, 2000, p. 156, grifos do autor).

Portanto, observando os ensaios de Coutinho produzidos entre 1979 e 1991, é possível perceber as diferentes projeções de Gramsci. Inserido no processo de anistia e redemocratização da sociedade brasileira, Gramsci foi mobilizado por Coutinho para a renovação do marxismo no interior do PCB. Todavia, as contradições vivenciadas pelos comunistas neste processo se manifestaram também nos ensaios do final dos anos 1970. A influência de Gramsci, Togliatti e dos eurocomunistas conviveu com o leninismo e figurou como sua continuidade. Com o avanço do processo de redemocratização, a saída do PCB e o declínio da URSS, a proposição para um socialismo próprio ao iminente século XXI projeta uma Gramsci distante, e em alguns sentidos até oposto, ao leninismo e ao bolchevismo. Nesse sentido, Gramsci é mobilizado para referendar o cancelamento do dilema entre reforma e revolução. A teoria da hegemonia, nessa leitura, é capaz de superar a cisão entre democracia e revolução produzida nos anos 1910. Assim, concebendo a revolução como um percurso de reformas graduais, o reformismo revolucionário de Carlos Nelson Coutinho completa o processo de ocidentalização iniciado nos anos 1970.

### **Considerações finais: a sombra de Gramsci na Argentina e no Brasil**

Considerando as trajetórias de José Aricó e Carlos Nelson Coutinho, Gramsci figura como um autor essencial para a construção de seus respectivos projetos intelectuais e políticos. Conforme radicadas no tempo

e nas vicissitudes políticas argentinas e brasileiras, as imagens de Gramsci produzidas por ambos os autores são móveis e acompanham as alterações em seus modos de conceber a realidade. Diante disso, o processo de recepção de Gramsci na América Latina, recortado em torno de Aricó e Coutinho, se insere nas demandas políticas e históricas características de cada contexto político.

Produzido a partir da mediação intelectual, Gramsci, mais do que para a renovação do marxismo no continente, aporta em um território de disputas políticas no interior das esquerdas e em processos políticos nacionais. Em virtude disso, as sombras de Gramsci projetadas por Aricó e Coutinho adquirem diferentes projeções de acordo com os projetos políticos assumidos no momento. Como um importante repertório, no sentido conferido ao conceito por Angela Alonso (2002), Gramsci é mobilizado como uma das ferramentas disponíveis nos projetos políticos desses dois intelectuais cujo objetivo é a produção de determinados efeitos intencionais no debate público.

Em Aricó, essa recepção perfaz um movimento orbital da revolução à democracia. Iniciada ao longo dos anos 1950, a leitura de Aricó foi profundamente marcada pelas divergências em relação ao PCA e pelo fascínio diante da Revolução Cubana. Nesses termos, a sombra de Gramsci é projetada na disputa política de uma nova geração que emerge na política argentina ambicionando, além de afirmar seu próprio espaço, rever as posições das antigas gerações e conduzir a revolução argentina. O impacto do exílio e da violência dos militares impulsionou uma ampla revisão acerca das defesas das vias armadas para a revolução. Recusando a violência como forma de transformação política, Aricó mobiliza a teoria da hegemonia de Gramsci para a construção dos vínculos entre socialismo e democracia.

Apesar das oscilações, o Gramsci dimensionado por Aricó pretendeu interpretar e solucionar problemas históricos da sociedade argentina. Em razão dos dilemas advindos do processo de Independência, há uma distância entre Estado e sociedade responsável por configurar uma fratura que atravessa a história do país. Nesse sentido, o projeto socialista, revolucionário ou democrático, almejou estabelecer uma hegemonia nacional-popular ancorada na hegemonia dos trabalhadores como forma de superar as divisões recorrentes na história do país.

Em Coutinho, as diferenças temporais, geracionais e espaciais implicam a produção de uma outra sombra de Gramsci. Também produto de uma nova geração de intelectuais que ingressou no PCB nos anos 1960, as análises de Coutinho procuraram responder à crise deflagrada pela denúncia dos crimes de Stálin. Nesse processo, embora as leituras gramscianas remontem ao início da década de 1960, Lukács figura como sua principal influência intelectual. Isso ocorre em razão de que os primeiros trabalhos de Coutinho, focados principalmente em temas culturais, utilizava as categorias estéticas do filósofo húngaro para a crítica literária.

A proximidade em relação às discussões imediatamente políticas não anula o espaço adquirido por Lukács nas reflexões de Coutinho. Ao contrário, a adição de Gramsci a esse repertório pretende marcar o desenvolvimento de uma perspectiva ontológica da política, na qual a disputa pela hegemonia deve conduzir à expansão dos valores universais característicos do ser social. Nesses termos, a mobilização de Gramsci proposta por Carlos Nelson Coutinho está relacionada a uma dimensão filosófica, ausente em Aricó, que aproxima os conceitos políticos elaborados por Gramsci a uma profunda reflexão em torno das bases do ser humano. Com isso, a construção do socialismo, possibilitada pelo desenvolvimento de uma nova hegemonia, significa a realização plena da condição humana.

Portanto, em suas distintas mobilizações, a leitura de Gramsci operada por José Aricó e Carlos Nelson Coutinho demonstra um processo de recepção essencialmente político, no qual, tornando-se parte de um amplo repertório, as ideias gramscianas são mobilizadas a partir das vicissitudes políticas da América Latina. No percurso entre a revolução e a democracia, as sombras de Gramsci foram projetadas partindo dos dilemas experimentados por uma geração que atravessou décadas de experiência política. Como essa sombra atada ao corpo, por meio das intervenções de Aricó e Coutinho, Gramsci tornou-se efetivamente argentino, brasileiro, latino-americano.

## Referências

- Araújo, C. P. (2022). *Kruschev denuncia Stálin: revolução e democracia*. Brasília, DF: Fundação Astrojildo Pereira
- Aricó, J. (1963). Pasado y presente. *Pasado y Presente*, 1(1), 1-17.
- Aricó, J. (1964). Examen de conciencia. *Pasado y Presente*, 1(4), 241-265.
- Aricó, J. (1973). Espontaneidad y dirección consciente en el pensamiento de Gramsci. *Pasado y presente*, 1(1), 136-139.

- Aricó, J. (1980). Ni cinismo ni utopia. *Controversia*, 1(9-10), 17.
- Aricó, J. (1982). *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Aricó, J. (2014). *La cola del diablo: itinerário de Gramsci en América Latina*. Buenos Aires, AR: Puntosur.
- Alonso, A. (2002). *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.
- Braz, M. (2012). *Carlos Nelson Coutinho e a renovação do marxismo no Brasil*. São Paulo, SP: Expressão Popular.
- Burgos, R. (2004). *Los gramscianos argentinos: cultura y política en la experiencia de pasado y presente*. Buenos Aires, AR: Siglo XXI.
- Coutinho, C. N. (1984). *A democracia como valor universal e outros ensaios*. Rio de Janeiro, RJ: Salamandra.
- Coutinho, C. N. (2000). *Contra a corrente: ensaios sobre democracia e socialismo*. São Paulo, SP: Cortez.
- Elizondo, J. R. (1995). *Crisis y renovación de las izquierdas: de la revolución cubana a Chiapas, pasando por el 'caso chileno'*. Santiago, CH: Editorial Andrés Bello.
- Franco, M. (2012). *Un enemigo para la nación: orden interno, violencia y "subversión" 1973-1976*. Buenos Aires, AR: Fondo de cultura económica.
- Gomes, A. C., & Hansen, P. (2016). Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In A. C. Gomes, & P. Hansen (Orgs.), *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política* (p. 7-37). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Motta, R. P. S. (2008). *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.
- Oliveira, M. V. F. S. (2020). *A arquitetura fractal de Antonio Gramsci: história e política nos Cadernos do Cárcere*. Brasília, DF: Fundação Astrojildo Pereira.
- Ollier, M. M. (2009). *De la revolución a la democracia: cambios privados, publicos y políticos en la izquierda argentina*. Buenos Aires, AR: Siglo XXI.
- Partido Comunista Brasileiro [PCB]. (1980). *PCB: 20 anos de política (1958-1979)*. São Paulo, SP: LECH
- Petra, A. (2017). *Intelectuales y cultura comunista: itinerarios, problemas y debates en la Argentina de pós-guerra*. Buenos Aires, AR: Fondo de Cultura Económica.
- Petra, A., & Tarcus, H. (2013). Descubriendo Gramsci a Córdoba: contribución a un epistolario de José María Aricó (1956-1963). *Políticas de la memoria*, (13), 267-281. Recuperado em <https://ojs.politicasdelamemoria.cedinci.org/index.php/PM/article/view/196/174>
- Ponza, P. (2010). La izquierda en su labirinto: intelectuales argentinos; ideas e publicaciones en el exilio (1976-1983). *Boletín Americanista*, 1(60), 247-262.
- Santos, R. (1988). *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte, MG: Oficina de Livros.
- Santos, R. (1996). *Modernização e política*. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.
- Terán, O. (1993). *Nuestros años sessentas: la formación de la nueva izquierda intelectual argentina (1956-1966)*. Buenos Aires, AR: El Cielo por Assalto.
- Vacca, G. (2021). *A Itália em disputa: comunistas e democratas cristãos no longo pós-guerra*. Campinas, SP: Editora Unicamp/FAP.
- Vianna, W. (1989). Questão nacional e democracia: o ocidente incompleto do PCB. In W. Vianna, A *transição: da constituinte à sucessão presidencial* (p. 121-174). Rio de Janeiro, RJ: Revan.